

Painel: A reprovação no ensino obrigatório: Sim ou não?

Moderadora:

Leonor Santos, FCUL

Participantes:

Glória Ramalho, GAVE

João Pedro Airo, Esc. Sec. Braamcamp Freire, Pontinha

Jorge cachucho, Esc. 2 3 D. Pedro II, Moita

Maria José Rau, Assessora do Ministério da Educação

O insucesso escolar tem sido explicado de diversas formas ao longo dos tempos. No início do séc. XX, quando se verificavam dificuldades de aprendizagem, as razões explicativas centravam-se normalmente em características endógenas do aluno, como se de uma fatalidade se tratasse. Razões como o desinteresse, a falta de capacidades ou de estudo eram frequentemente apontadas. Uma viragem significativa dá-se no virar da segunda metade do séc. XX. Assumindo-se que todos os alunos são capazes de aprender, justifica-se a diversidade na aprendizagem sobretudo pelos diferentes ritmos. Alunos diferentes precisam de tempo também diverso para aprenderem. É neste quadro de referência que se compreende que as actividades de remediação se traduzam em “mais do mesmo”. Já mais recentemente, com base nas actuais teorias da aprendizagem, assume-se que os factores que intervêm na aprendizagem são múltiplos, em particular, que são diversos os processos mentais de construção de novas aprendizagens e que o sujeito aprendiz é o seu principal actor.

Poder-se-ia pensar, deste modo, que à medida que o entendimento face à aprendizagem evolui e se modifica, as respostas à diversidade de diversos níveis de aprendizagem também se vão alterando, de forma a se constituir um sistema educativo internamente coerente. Mas tal parece não acontecer!

Vejamos o que se passa em Portugal, no ensino obrigatório. Desde que existe um ensino público organizado de forma vertical, que a reprovação tem sido a resposta última para os alunos que não conseguem atingir o nível de aprendizagem exigido. Vista inicialmente como sobretudo uma sanção para aqueles que não cumprem o que se espera deles, passa a manter-se, mesmo quando é vista como a forma mais adequada para dar mais tempo àqueles que dele necessitam. Algumas tentativas foram, contudo, experimentadas para alterar esta situação, embora sem êxito. Recordo o despacho 98-A, que preconizava a reprovação como uma medida de excepção, tendo sido montada uma medida (avaliação sumativa extraordinária) que, agindo preventivamente, desencorajava o recurso à reprovação. Mas tal situação veio mais tarde a ser sucessivamente alterada, por pressões de diversa ordem, nomeadamente vinda dos próprios professores. Também este despacho assim como aquele que o veio substituir, despacho normativo nº 30/2001, fala de uma medida alternativa de reprovação, que passa por o aluno apenas ter de repetir as disciplinas em que não teve aproveitamento, participando em actividades de enriquecimento nas restantes disciplinas. Mais uma vez, no entanto, esta é apenas uma hipótese normativa, nunca chegando a ser uma realidade levada à prática. Para tal, pesa grandemente a organização da Escola que ainda hoje está pensada para um ensino normalizado, tendo a classe/turma como matriz organizadora.

Se é certo que este sistema de resposta à regulação das aprendizagens é o mais caro de todos os possíveis modelos, acresce, na actualidade, a preocupação cada vez mais

referida em todos os meios sociais de garantir a igualdade de oportunidades e um ensino básico obrigatório para todos os alunos. Assim, a reprovação parece ser um tema que merece ser discutido e reflectido de forma alargada, pondo em confronto diversas perspectivas conceptuais sobre esta temática.

Neste painel, procuraremos discutir este tema, com os seus participantes e com os contributos de todos os presentes, nomeadamente a partir das seguintes questões:

- Que potencialidades e limitações podem ser identificadas na reprovação como sistema de resposta às aprendizagens insuficientes? Poder-se-á falar na eficácia desta medida? E na justiça?
- Parece haver sentimentos contraditórios em Portugal sobre a realidade da reprovação. Há aqueles que afirmam que “no actual modelo de avaliação é extremamente difícil reter um aluno na escolaridade obrigatória” (Mariana Cascais ao Jornal Expresso). Outros consideram que Portugal apresenta ainda uma elevada taxa de reprovação no ensino obrigatório, quando comparado com os restantes países da Europa. Que leituras fazer destas diferentes perspectivas?
- O que poderá querer dizer acabar com a reprovação? Erradicá-la de forma total? Remetê-la apenas para os anos finais de ciclo? Que medidas alternativas podem ser avançadas? Como pode a escola dar resposta à diversidade de formas de aprendizagem, de experiências passadas vividas, de contextos familiares? Que exemplos de outros países nos podemos sustentar para avançar com mudanças no sistema português? É possível transpor um mesmo modelo, sendo as realidades e culturas de cada país diversas?
- Como responder, por um lado, à representação social portuguesa de que não haver reprovação significa facilitismo (e, conseqüentemente a sua erradicação leva ao desacreditar de todo o sistema educativo)? E por outro, que ao reprovarmos os alunos lhes estamos socialmente a atribuir um certificado de incompetentes, e muito provavelmente a criar-lhes condições cada vez mais adversas para o sucesso?